



TRAVESTIS E EDUCAÇÃO: A ESCOLA É PARA TODOS (AS)?

Joyce Mayumi Shimura, Universidade Estadual de Maringá
Patrícia Lessa dos Santos, Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Essa pesquisa é fruto da dissertação em andamento no curso de mestrado em Educação para Ciência e a Matemática, intitulada provisoriamente como “Ciência, Educação e Sexualidade: Uma memória escolar”. Nessa pesquisa nosso tema é narrar as experiências das travestis no espaço escolar como parte da construção destas identidades nômades. Para tanto, usamos a história oral como enfoque metodológico. Além disso, as teorias foucaultianas e feministas fundamentarão o solo teórico. A pesquisa encontra-se em andamento, portanto os dados apresentados aqui são parte das leituras realizadas até o momento, são, portanto, definições inconclusivas.

Palavras-chave: Educação; Sexualidade; Travesti.

Introdução

Apresentar a relação das travestis nos espaços escolares é o objetivo central deste artigo. A chamada inclusão da “escola para todos (as)” por vezes perde o sentido durante as conversas iniciais com a população travesti. As experiências resgatadas por meio da memória e narradas pelas travestis indicam mais a exclusão do que a inclusão; relatam lembranças de discriminação e violência no período escolar.

Na tentativa de resgatar essas experiências e reconstruir o passado vivenciado pelas travestis no período em que frequentaram a escola, o uso da voz exercerá papel fundamental. Alberti (2004, p. 77) aponta que: “Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido”. Por meio da linguagem, a memória tende a evidenciar sistemas de símbolos e convenções produzidos, utilizados e reproduzidos socialmente. Além disso, por meio da variação da voz podemos compreender os sentidos e significados de uma mesma história (FREITAS, 2006).

Neste sentido, lançamos mão da história oral como guia do estudo proposto neste artigo, pois por meio da história, as pessoas tendem a rever e compreender as mudanças e revoluções que ocorreram em suas próprias vidas (THOMPSON, 1992). O principal



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

auxiliador neste processo de coleta de dados será a formação de um vínculo de amizade e confiança com os/as entrevistados, ou seja, o compromisso afetivo (LOURO, 1990). O desafio deste estudo vai além da pesquisa acadêmica, este tem um compromisso social.

A escolha da história oral como método tornou-se pertinente, na medida em que este pode transformar o conteúdo e a finalidade da história, alterar e revelar novos caminhos e campos de investigação. A partir do registro da memória de algumas travestis esse trabalho procura evidenciar uma história comum a todos os grupos que participam ou participaram do processo educativo, particularmente, os traços de como as travestis construíram e vivenciaram suas identidades no ambiente escolar. Neste sentido, utilizar o método da história oral tornou-se pertinente, pois conforme afirma Thompson (1992, p. 22):

[...] a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras e revelar novos campos de investigação; *pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior*, e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

Uma das travesti com maior visibilidade do Brasil é Luma Andrade, funcionária pública, coordenadora de escolas do Estado do Ceará, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e doutoranda do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Luma afirma em entrevista cedida à jornalista Kamila Fernandes, do Jornal Folha de São Paulo (04/01/2009), que passou por vários momentos difíceis na escola, o primeiro deles na terceira série do Ensino Fundamental, quando apanhou de um colega de sala, porque só brincava com as meninas da sala: "Quando fui chorando contar para a professora, ela virou e disse: "Bem feito, quem manda você ser desse jeito?" Eu era uma criança, mas percebi, então, que ela me via diferente e que me condenava".

Por meio deste relato, podemos iniciar questionamentos, os quais dizem respeito aos efeitos dos discursos disciplinares e reguladores, os quais estão materializados no ambiente escolar. A determinação de valores, crenças e pensamentos sobre o que é certo/errado, normal/anormal, negativo/positivo, virtude/pecado, no ambiente escolar na maioria das vezes é tomado como verdades absolutas e universais, sobre a qual não cabe

discussão ou questionamento. Essa determinação justifica os discursos disciplinares e regulatórios e garantem a construção e manutenção dos currículos engessados, os quais impõem sobre os sujeitos a passividade e a submissão (FOUCAULT, 1987).

Ao aliar o modelo disciplinar e regulatório adotado pelas práticas educativas às identidades sociais, sexuais e de gênero, percebemos que as políticas inclusivas ainda não contemplam plenamente tais identidades. As tentativas de promover a inclusão de travestis, transexuais e transgêneros nas escolas brasileiras ocorrem de modo lento, pois encontram a resistência tanto de profissionais da educação, que se relacionam diretamente com os/as estudantes, quanto daqueles (as) que organizam as agendas sobre políticas públicas educacionais. Isto se torna claro a cada abordagem com as travestis ou por meio das pesquisas na área, as quais serão comentadas no decorrer do artigo.

Convém aqui questionar: por que as travestis são vítimas de preconceito, desrespeito, violência e agressão no ambiente escolar? Será que a “culpa” é apenas do modelo disciplinar e regulatório adotado pelas práticas educativas? Quem são as travestis? Onde estão? De modo a construir possíveis respostas para estas questões, primeiramente, faz-se necessário apresentar quem são as travestis. Em seguida, apresentaremos as discussões teóricas sobre a questão da inclusão/exclusão das travestis dos ambientes de interação social. E, por fim, a discussão parcial sobre a presença das travestis no espaço escolar.

Quem são as travestis?

Definir quem é o sujeito travesti é mais complexo do que as definições encontradas no dicionário. Para iniciar a tentativa de uma definição utilizamos os textos de Bussinger (2008), Benedetti (1997), Silva e Barbosa (2005) e Pelúcio (2007). Uma das definições usadas comumente afirma que a definição de travesti seria o sujeito que nasce com a genitália masculina ou feminina, mas se auto-define pelo sexo oposto ao seu nascimento.

Bussinger (2008, p. 40) afirma que diferentemente dos (as) transexuais, as travestis “não apresentam desejo pela cirurgia de transgenitalização (mudança de sexo), pois convivem com sua genitália, sem maiores conflitos. Preferem se relacionar sexualmente e afetivamente com os homens homo-orientados, os *gays*”. Quanto à orientação sexual, acrescenta Benedetti (1997, p. 4) que: “A identidade travesti está antes associada à fabricação de um novo corpo, do que às práticas e orientações sexuais.”

Pelúcio (2007) observa que a “entrada” ao universo travesti inicia-se por meio de quatro alterações corporais para apresentar características femininas: que vão desde o processo de extração de pêlos (barba, pernas, braços, axilas, sobrelanceiras), perpassa a ingestão de hormônios para a produção de seios e quadris, aproximando seu corpo à silhueta feminina, deixa-se o cabelo crescer e se inicia a utilização de produtos de maquiagem, acessórios, roupas, penteados, etc. considerados ‘códigos de beleza’ do universo feminino. Por fim, treinam os gestos e comportamentos femininos, como o jeito de andar, o olhar e até a forma de pensar, específica do universo feminino.

As travestis iniciam o processo de modificação corporal, aplicando silicone líquido (industrial) nos quadris e nos seios ou fazem uso de intervenções cirúrgicas como a colocação de próteses de silicone, extração do pomo-de-adão, plástica no nariz, preenchimento das maçãs do rosto, entre outras. Benedetti (1997) afirma que a preocupação das travestis mais velhas em comparação com as travestis mais novas diverge quanto à fabricação do corpo. Para as travestis mais velhas o símbolo de um nariz afinado nada significa além de um nariz fino, mas para as travestis mais jovens, isto é símbolo de feminilidade e *status*. Desse modo, as travestis mais novas recorrem constantemente à cirurgia plástica para modelar o nariz, o que além de expor uma feminilidade, ainda, sinaliza o *status* social, devido ao alto custo das cirurgias plásticas.

Embora, haja a ambigüidade entre o universo masculino e feminino no corpo e na ação da travesti, esta busca ser reconhecida, do ponto de vista de gênero, como parte do universo feminino. Por isto, afirma Silva e Barbosa (2005, p. 37): “As travestis usam, ao identificarem-se, não só nomes femininos, mas também se utilizam dos repertórios discursivos femininos, bem como dos respectivos artigos de vestuário e beleza próprios do universo feminino”.

Butler (2010) interpreta a ambigüidade entre os universos masculinos e femininos das travestis como uma performatividade do gênero, uma identidade transitória, um constante movimento de devir de acordo com o momento sócio-histórico em que se inserem. A travesti fabrica não apenas o corpo, mas também o gênero. Na visão de Butler (2010, p. 195) “[a] travesti subverte inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos interno e externo, e zomba efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade do gênero”. A travesti representa a performance de uma identidade de gênero, a imitação das experiências do gênero, as quais são naturalizadas e essencializadas pela coerência heterossexual (BUTLER, 2010).

Desse modo, é possível compreender que a performatividade é fabricada a partir de normas e regulações, as quais são impostas aos sujeitos. Estas normas são externas aos sujeitos, porém, estes as internaliza e as incorpora como naturalizantes. No caso das travestis, as performances de gênero se localizam na fabricação do corpo e na construção psíquica, visto que utilizam todos os artifícios para parecerem mais femininas e serem identificadas como mulheres pela sociedade.

Onde estão?

Os sujeitos travesti ou transexual são estigmatizados pela sociedade e isto traz situações de desconforto como, por exemplo, a afirmação de que “todos os travestis fazem programas sexuais”, conforme Luma Andrade, que em entrevista à Fernandes (2009) afirma que ao apresentar um seminário sobre Karl Popper e sua crítica ao método indutivo, Luma demonstrou que por meio de tal método se chegaria facilmente a conclusão de que toda travesti faz programa: “Demonstrei que, pelo método da indução de Popper, chega-se à conclusão de que todo TRAVESTI faz programa. Mas eu sou TRAVESTI e não faço programa e, por isso, é preciso desconstruir todas essas determinações e ver que há, sim, outras possibilidades” (FERNANDES, 2009).

Além deste estigma, travestis e transexuais podem elencar uma série de outros como, por exemplo, a situação na qual se busca incessantemente sinais que revelem uma “masculinidade” escondida. Ser chamado/a pelo nome de registro civil ao invés do nome social em consonância com a identidade de gênero “escolhida” em hospitais ou escolas; ter que relevar a condição travesti ou transexual a um cliente para não sofrer agressão posteriormente, ou a dificuldade social e subjetiva em um relacionamento amoroso de antes do contato sexual, torna travesti e transexuais que não tiveram o nome de registro civil alterado pelo nome social excluídas do processo educativo e até mesmo do direito de participarem e atuarem em esferas sociais públicas. (BENEDETTI, 2007; SILVA e BARBOSA, 2005).

A experiência de enfrentamento contra o preconceito é parte constante da vida das travestis, bem como as experiências de estigmatização e exclusão social. Conforme afirma Anggleton e Parker (2001, p. 11-12): “o estigma desempenha um papel central nas relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores. Em última análise,

portanto, estamos falando de *desigualdade social*". Nesse sentido, as discriminações e os estigmas enfrentados pelas travestis são parte de um processo de exclusão social que pela expressão do poder recriam e reforçam à marginalidade em diversos ambientes sociais.

Peres (2005) afirma que a primeira exclusão social das travestis ocorre na instituição familiar. A exclusão e o abandono familiar são importantes atributos para a formação da identidade travesti, pois fazem com que as travestis se unam numa rede social. Esta rede social é um grupo, no qual elas se unem de certo modo para enfrentarem juntas as estigmatizações, discriminações, sonhos, desejos, esperanças e a fabricação de seus corpos. Contudo, Peres (2005) adverte que estas redes contribuem para a formação da identidade travesti, mas estas não substituem os laços de afetividade das travestis que foram expulsas da família.

Além disso, Peres (2005, p. 56) afirma que durante sua pesquisa também encontrou "famílias mais acolhedoras dos modos de ser de seus filhos que, apesar de acanhadas e confusas, dão início à construção de novas relações, a fim de promover a convivência afetuosa e tolerante, constatado mediante conversas". O que se percebe é que mesmo sem saber exatamente como operam as identidades travestis, algumas famílias conseguem manter o respeito pelos seus integrantes.

As travestis que sofrem a expulsão do seio familiar ainda têm que lidar com o preconceito dos vizinhos e a discriminação promovida nas escolas. Assim, o retrato dessas dificuldades e estigmas das travestis na sociedade heteronormativa fica em evidência, seja pelas violências sofridas, seja pela opressão e discriminações que continuam sofrendo, seja pela exclusão das instituições oficiais, aqui refletida na instituição escolar.

Travestis vão à escola? Premissas não conclusivas

A exclusão da instituição familiar afeta diretamente a frequência escolar, o que prejudica o rendimento nas avaliações. Além disso, outros fatores que podem influenciar na frequência e rendimento das travestis são as situações de *bullying* ou ações de violência e agressão no próprio ambiente escolar. Por vezes, a escola reproduz cenas de exclusão, seja por meio de expulsão, transferência ou descaso com estudantes que sofrem ações agressivas ou de discriminação. "A escola apresenta muita dificuldade no trato da

orientação sexual e de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais” (PERES, 2005, p. 57).

O fundamento dos estudos de gênero está no fato de que existe uma desigualdade ou diferença, seja ela representada por símbolos ou por um sistema classificatório, onde existe a dicotomia “nós e eles” ou “eu e os outros”. Neste sentido, os sistemas classificatórios seriam responsáveis pela regulação e normatização da vida em sociedade. Os sistemas de classificação geram a marcação da diferença e expõe à sociedade o consenso a fim de manter a ordem social. Isto gera fronteiras simbólicas do que está incluído e do que está excluído da sociedade (SILVA, 2007).

Para Silva (2007) a diferença e a diversidade são ponto de partida para a construção de identidade. Ao assumir a postura de que a as questões de identidade estão no domínio da cultura e não devem ser consideradas como “naturais” será possível superar as contradições decorrentes de uma percepção dicotomizada sobre o fenômeno da identidade. Assim, conforme o fundamento heteronormativo, à homossexualidade cabe apenas o submundo ou as relações em ambientes privados, ou seja, são oprimidos pela história e considerados anomalias (MISKOLCI, 2007).

Para Foucault (1988) a sexualidade é um dispositivo histórico de poder que tem como fundamento a inserção do sexo em sistemas de utilidade e regulação social. A sexualidade, como dispositivo, opera por meio de discursos e práticas sociais, regulamentando a vida social. A dita normalidade da sexualidade evidencia, pois a regulação tanto da linguagem quanto das ações de um binarismo hegemônico, onde há uma oposição entre o correto e o incorreto, o saudável e o enfermo, o heterossexual e o anormal, entre algo superior e inferior.

Neste sentido, a heterossexualidade existe em oposição à homossexualidade, esta é compreendida como inferior e negativa em relação àquela. A história da sexualidade proposta por Foucault (1988) indica que a heteronormatividade existente deriva do pressuposto de algo natural e de discursos, nos quais o papel social de homens e mulheres era definido pelo sexo (masculino e feminino). Os modelos de normatização e regulação têm na escola papel fundamental para excluir aqueles que não fazem parte do que é correto, verdadeiro e saudável e legitimam o exercício do poder por estes sobre os que não se encaixam no perfil dito como correto, que é o caso das travestis. Por não se enquadrarem no modelo disciplinar adotado pelas práticas educativas, as travestis acabam sofrendo discriminações e violências legitimadas pelo discurso de poder.

As premissas para uma educação inclusiva para travestis podem ser pensadas a partir da compreensão de que se trata de identidades transitórias. A ambigüidade das travestis entre os universos masculinos e femininos deve ser compreendida como performatividades de gênero (BUTLER, 2010). Quando o modelo disciplinar escolar abandonar as ideias de um sistema classificatório, dicotomizado sobre as questões de gênero e identidade será possível uma educação inclusiva e “para todos e todas”.

No Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Educação assinou o Parecer 01/2009, que garante que os alunos (as) maiores de dezoito anos, que tenha orientação diversa do registro de nascimento, possam fazer uso do nome social em detrimento ao nome de registro. Contudo, percebe-se que pouco foi feito quanto à divulgação e efetividade deste Parecer, visto que muitas escolas e universidades ainda não têm conhecimento deste.

O Ministério Público do Paraná (MP-PR), em outubro de 2009, deu parecer favorável à utilização do nome social nas instituições escolares. Por um lado, parece que as políticas públicas estão trabalhando para a inclusão das travestis, transexuais e transgêneros aos bancos escolares, porém, por outro lado, se verifica que não basta apenas ações de políticas públicas, é necessário discussões e cursos para os profissionais da educação começarem a compreender a mudança social no ambiente escolar que o Parecer 01/2009 indica (LEITÓLES, 2009).

A Secretaria de Educação do Estado do Paraná promoveu em 2008-2010 cursos de extensão, na modalidade à distância, para professores e professoras da rede pública sobre intitulado “Gênero e Diversidade na Escola”. A tentativa de discutir as questões relativas à sexualidade, gênero e diversidade no ambiente escolar ainda não pode ser avaliada, mas, pensamos que por ser uma primeira experiência, a iniciativa deve ser referenciada.

Apesar de todas as dificuldades, há notícias de travestis e transexuais que são professoras nos estados de Mato Grosso, Paraíba, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina (PERES, 2005).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Ouvir e contar**. Textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ANGGLETON, P. ; PARKER, R. **Estigma, discriminação e AIDS**. Rio de Janeiro, Abia, 2001.
- BENEDETTI, M. R. Toda feita: gênero e identidade no corpo travesti. **Anais da II Reunión de Antropologia Del Mercosul**, Piriápolis, Nov. 1997.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

- BUSSINGER, R. V. As travesti e o “gênero na margem”: algumas reflexões. **Anais do III Congresso Capixaba de Formação e Atuação do Psicólogo: Éticas e Cidadanias**. Vitória, Set. 2008.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FERNANDES, K. Travesti vence o preconceito e faz doutorado. **Folha De São Paulo**. São Paulo, 04 de jan. 2009. Caderno Educação, Saber, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u485921.shtml>>, acesso em: 12 fev. 2009.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **Vigiar E Punir**. História Da Violência Nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, S. M. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª Edição. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- LEITÓLES, F. Nome social nas escolas deverá ser adotado no Paraná nas matrículas para 2010. **Jornal Gazeta Do Povo**, Curitiba, 07 out. 2009. Caderno Vida e Cidadania, disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=931681&tit=Nome-social-nas-escolas-devera-ser-adotado-no-Parana-nas-matriculas-para-2010>>. Acesso em: 10 out. 2009
- LOURO, G. L. A história (oral) da educação: algumas reflexões. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, no. 2, jul./dez. 1990.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normatização. **Anais do Congresso de Leitura do Brasil**, UNICAMP, Campinas, jul/2007.
- PELÚCIO, L. “Eu me cuido, mona”: saúde, gênero e corporalidade entre travestis que se prostituem. **Anais I Seminário Homofobia, Identidades e cidadania GLBTTT**, Florianópolis, 2007.
- PERES, Wiliam Siqueira. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; BECKER, Simone; LOSSO, Juliana C. M.; PORTO, Rozeli M.; MÜLLER, R. de C. R. (Org.). **Movimentos Sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- SILVA, A. S.; BARBOSA, R. Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis. **Revista Athenea Digital**, no. 8:27-49, otomã 2005.
- SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lório Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.